

REVISTA
PAULUS

Social

Ano 4 – Nº10 | 2022

EDUCAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A IMPORTÂNCIA DE INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA
SOCIEDADE NA GESTÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS
PROMOVIDOS PELO PODER PÚBLICO.

· QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES

· REFLEXÃO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
E CONSELHO



PAULUS
SOCIAL



FAPCOM

Seja Comunicador de um Novo Tempo

Os cursos da FAPCOM estão na faixa de excelência do MEC. Investimos em qualidade e infraestrutura em nossos estúdios e laboratórios para que os alunos tenham uma experiência real.

A FAPCOM está entre as melhores faculdades de comunicação do Brasil, com formação integrada às áreas de comunicação, filosofia e tecnologia.

- ◆ Graduação
- ◆ Pós-graduação
- ◆ Extensão

Próxima às estações

Ana Rosa e Vila Mariana do Metrô.

(11) 2139-8536

Rua Major Maragliano, 191 - Vila Mariana
São Paulo/SP - CEP: 04017-030



fapcom.edu.br

CENTRO PAULUS DE CONVIVÊNCIA

INSCRIÇÕES ABERTAS!

GRATUITO E COM ALIMENTAÇÃO INCLUSA!



O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), indicado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social), compõe as ofertas de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), favorecendo a população que vivencia situações de vulnerabilidade e risco social, garantia à efetivação do direito à convivência familiar, comunitária e à proteção da família, mediante novas oportunidades e reflexão acerca da realidade social.

A PAULUS executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em seus três Centros de Convivência PAULUS, localizados na Freguesia do Ó (São Paulo/SP), Vila Mariana (São Paulo/SP) e Jardim Santa Maria (Osasco/SP), atendendo a prerrogativa de estimular a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos dos atendidos.

O serviço é realizado utilizando estratégias lúdicas e interativas voltadas à diversidade, à tecnologia, à ambiência criativa, imaginativa e de sociabilidade centradas no direito à cidadania. Tais intervenções valorizam a pluralidade e a singularidade no exercício da infância e da adolescência, respeitando as peculiaridades de suas dinâmicas sociais e visão de mundo. Assim, pressupõe-se uma geração com potencial para enfrentar os desafios propostos por suas realidades locais, sociais, culturais, ambientais e políticas.

Vivências

Legenda: Atividades realizadas nos Centros PAULUS de Convivência

- Osasco
- Freguesia do Ó
- Vila Mariana

VIVÊNCIAS LÚDICAS

- jogos
- brincadeiras

VIVÊNCIAS TECNOLÓGICAS AUDIOVISUAL E MULTIMÍDIA

- fotografia
- informática
- produção e edição de vídeos
- laboratório de rádio

VIVÊNCIAS ARTÍSTICAS CULTURAIS E ESPORTIVAS

- esporte
- lazer
- artes
- dança
- eventos
- passeios
- teatro
- música

Para mais informações

Unidade - Osasco

Rua Eugênio Pacelli, 1.013 - Jardim Santa Maria - Osasco-SP - CEP: 06149-214
 (11) 3591-4481
 supervisor.ccaosasco@paulus.com.br

Unidade - Freguesia do Ó

Rua Dias Velho, 213 - Vila Primavera Freguesia do Ó - São Paulo/SP - CEP: 02735-040
 (11) 3992-3445
 supervisor.ccafreguesia@paulus.com.br

Unidade - Vila Mariana

Rua Coronel Lisboa, 188 - Vila Mariana São Paulo - SP - CEP: 04020-040
 (11) 2894-6935
 supervisor.ccvilamariana@paulus.com.br



PAULUS SOCIAL

PAULUS.ORG.BR

NOVOS TEMPOS



Nossos cotidianos são permeados por escolhas. Boa parte das decisões são pontuais, tomadas em silêncio e sem grande repercussão; dessas, por vezes, até nos esquecemos. Esquecemos também, ocasionalmente, das decisões mais importantes, e nos rendemos silenciosamente às consequências daquela escolha agora embotada.

São decisões individuais e coletivas, em um mundo em que cada dia nos demanda decidir com maior velocidade e irrefletidamente. Nesta pretensa falta de tempo, decidimos escolher quem decidirá por nós, na inocência de que aliviaremos o fardo da vida por não precisarmos mais pensar nessas "coisas sérias".

Mas a responsabilidade de existir é inalienável. Não se pode abrir mão das escolhas. Todavia, desbravar certos caminhos não é um movimento facilmente realizável por conta própria: é preciso mobilizar-se, organizar-se, perceber-se integrante da comunidade em que se vive e ser detentor do papel de transformar e reivindicar direitos e melhorias para a vida coletiva.

Nesta edição da revista PAULUS Social discutimos, por diversas perspectivas, a relevância da mobilização social para o fortalecimento e ampliação do SUAS. Que esta leitura te inspire a não se intimidar diante de qualquer desafio que os tempos possam impor.

Sumário



Capa
Mobilização como emancipação social

6

10

Quem faz o SUAS acontecer

Movimento Negro, Participação Social e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Quem faz o SUAS acontecer

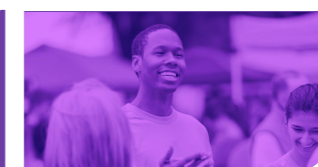
Reflexões sobre os desafios nas conferências de assistência social

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

O SUAS e as eleições!



Opinião
Assessoramento e Virtualidade

22

24

Reflexão
Sobre Conselhos e Participação Popular



Crônica
1998

26

PAULUS Social
REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

ISSN 2596-2264

A PAULUS Social é uma publicação do Centro PAULUS Social, responsável pelos Programas de Assessoramento e Serviços de Convivência da Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS.

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe. Valdecir Pereira Uveda

CENTRO PAULUS SOCIAL

Coordenador de Assistência Social
Alessandro Tiezzi

Gerente de Marketing
João Paulo da Silva, ssp

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Lúcio

Comissão de publicação
Alessandro Tiezzi, Coordenador de Assistência Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Thiago Gomes

Reportagem
Alberto Nascimento Filho

Edição de texto
Alberto Nascimento Filho

Revisão
Lídia Kogawa

Colaboradores
Carla Regina Borges Campos
Carlos Eduardo Ferrari
Célio Vanderlei Moraes
Fabio Maganha
Inmaculada Figols Costa
Juliana Abramides
Mira Lopes
Suelma de Deus

Edição somente digital

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Arquivo da PAULUS e banco de imagens iStock

MOBILIZAÇÃO COMO EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Por Alberto Nascimento

É necessária a criação de canais de fortalecimento de mobilização e participação social para a construção de uma assistência social eficaz.

“A participação social no Sistema Único de Assistência Social é imprescindível para a construção coletiva de políticas públicas que contribuam com o bem-estar comum da população”, declara Fábio Maganha, Supervisor do Centro PAULUS de Convivência – Osasco. O Serviço de Convivência está inserido em um território que demonstra de forma exemplar a potencialidade e relevância da mobilização social. O espaço está localizado próximo ao Parque Santa Maria: um terreno abandonado que foi transformado em um parque! Graças ao cuidado da comunidade da região.

Não existe Política de Assistência Social eficaz sem que a sociedade se organize para reivindicar seus direitos, sem angular quais são as suas demandas, vulnerabilidades e a melhor forma de atendê-las. Pensar num atendimento à população que não escute as necessidades da comunidade, é retroceder a um modelo assistencialista notadamente ineficaz.

“A meu ver a participação ativa e a deliberação dos rumos da política pública de assistência social constitui um direito assegurado por lei. Está previsto na Constituição Federal de 1988 e garante a participação da sociedade na

gestão de políticas e programas promovidos pelo poder público. Dessa forma, podemos ter essa participação de controle social”, observa Carla Regina Borges Campos, pedagoga e assistente social. “Ainda falando sobre o direito à participação, está dentre as diretrizes, a Lei Orgânica da Assistência Social a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis de estado. Participar de forma ativa e na prática cotidiana dos equipamentos e dos serviços socioassistenciais permite também o fortalecimento e aperfeiçoamento do SUAS.” Atualmente, Carla atua como Assistente Técnica da FEASA Federação das Entidades Assistenciais de Santo André e Conselheira Municipal de Assistência Social de Santo André, representando a sociedade civil.

Ainda observando os dispositivos de participação social, já previstos por lei, Carla discorre sobre os Conselhos de Assistência Social. “A lei orgânica ainda dispõe sobre a criação dos conselhos com caráter deliberativo, o que favorece um caminho para que se estrutrem gestões democráticas. A criação dos conselhos. A participação social, no âmbito do SUAS, garante que o sistema seja democrático

e participativo, com espaços para o exercício da cidadania, da luta por direitos socioassistenciais e dos direitos sociais de forma coletiva. De longa data a sociedade civil tem cumprido papel histórico na consolidação do SUAS, pois foi a partir de grandes mobilizações e deliberações que pudemos avançar e aprovar documentos importantes, como a política nacional de assistência social e tantos outros que tipificaram serviços e asseguraram, dentro uma estrutura de gestão, os direitos que historicamente eram invisíveis e passam então a ser executados por meios de políticas públicas.”

Todavia, é necessário que haja outros ambientes que viabilizem essa participação ativa. Carla prossegue: “Além dos conselhos de assistência, a sociedade civil pode se organizar por meio de fóruns coletivos e espaços de participação interna aos serviços. Na assistência nós chamamos de conselhos gestores, fazendo da participação e do controle social um paradigma que possa ressignificar a relação dos usuários com os serviços. Outro espaço importante de debate, de deliberação é o momento das conferências de assistência social. Mas não dá para entender o social de

forma pontual, apenas nos anos que são realizadas as conferências. Esse é o grande desafio, manter a participação social, em especial dos usuários, de forma contínua.

Fábio sinaliza outras possibilidades de mobilização “Para além das conferências, é necessário criar espaços que estimulem o diálogo transdisciplinar, intergeracional e intersetorial enquanto rotina dos serviços, programas e projetos da assistência social; isto é, desde o planejamento, execução, monitoramento e avaliação do processo de ser, estar, refletir e agir sobre a realidade da territorialidade na qual estamos inseridos”. Ele prossegue, observando o distanciamento que tipicamente existe entre a sociedade e os ambientes políticos. “Historicamente, no Brasil, o grande público sempre foi deixado de lado nas tomadas de decisões. Em consequência disso, não temos uma cultura de participação consolidada. É preciso escutar, consultar, informar, e promover ações que mobilizem os usuários do SUAS, à partir da perspectiva de quem conhece, convive, afeta e é afetado pelas consequências da participação para que sejam correspon-



Foto: iStock

sáveis na consolidação de políticas públicas que garantam os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros.”

Para exemplificar a aproximação com o hábito da mobilização social, Carla compartilha um pouco da sua história. “Falar em mobilização de grupos sociais é compartilhar um grande marco da minha vida! Comecei por meio de participação em movimentos estudantis: eu adorava ser representante de sala, participar de grêmio estudantil, de centro acadêmico. Como diz a música do Chico Science e Nação Zumbi: ‘eu me organizando posso desorganizar e eu desorganizando posso me organizar’. Esse processo foi um grande marco não só na adolescência, mas na minha trajetória profissional. A participação social sempre teve para mim um sentido baseado no direito. Sempre foi uma defesa mesmo e sempre acreditei

que é participando que aprimoramos as políticas públicas. Para mim é muito mais do que estar presente. Isso me incomodava muito nas relações com a comunidade: não adianta ter um grupo de cem pessoas e apenas duas participarem ativamente. Isso sempre foi uma angústia minha e, buscando maneiras de reverter esse quadro, me formei em pedagogia. Também sou assistente social e na década de noventa eu trabalhei dez anos numa creche assistencial.

Um dos princípios básicos do meu trabalho, por exemplo, para construir um plano pedagógico, era incentivar a participação popular, criar canais de participação: criamos assembleias, comitês de representação das famílias, fizemos até uma eleição de forma simbólica com as crianças para aprimorarmos a rotina pedagógica. A meu ver, quando a comunidade participa ativamente, ela exerce o controle social sobre o poder público para, de certa forma, resolver algumas questões da comunidade, como por exemplo, ampliar a oferta de um serviço ou até mesmo melhorá-lo.

Acredito que esse mecanismo de participação é também eficaz para rompermos com aquelas práticas clientelistas, práticas políticas que envolvam relação de favor e que não garantam direitos. Hoje eu trabalho numa federação de entidades assistenciais de Santo André, o que facilita o fomento e a mobilização de grupos e entidades socioassistenciais. Nós fazemos ações e atividades no campo do assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS. Também sou Conselheira de Assistência Social no município representando a sociedade civil e enfrento diariamente o desafio de fiscalizar a política pública de assistência social e também de defender os direitos socioassistenciais. Sou voluntária numa associação de moradores do bairro onde moro e, na medida do possível, busco

participar ativamente dos grupos de mulheres, do grupo de alfabetização de jovens e adultos, das discussões para melhoria do território. Eu tenho a possibilidade de trazer para a minha vida pessoal a luta e a defesa para a emancipação humana.”

Além dos ambientes tradicionais de mobilização política, Fábio Maganha sinaliza que toda dinâmica de convivência gera alguma instância de mobilização. “Quais os caminhos para melhorar a participação popular? Evidentemente que eu não tenho

essas respostas, mas eu boto muita fé nas manifestações da cultura popular brasileira. Aqui no nosso território temos muito próximos os grupos de capoeira, como por exemplo, o grupo Maracatu da Oca, da Aldeia de Carapicuíba. Em Cotia temos a Congada, que foi tombada como Patrimônio Imaterial da humanidade. Eu acredito nessas manifestações enquanto uma instituição própria. Essas manifestações exemplificam como a história do Brasil foi construída. Através de quais relações nascem a capoeira e a congada? De onde vem o maracatu? Vêm historicamente dessas

“ Não existe Política de Assistência Social eficaz sem que a sociedade se organize para reivindicar seus direitos. ”

relações desiguais de poder, de abuso de poder, e então eu vejo essas manifestações enquanto uma instituição. Para parafrasear Ailton Krenak; ele fala do sonho enquanto instituição. E aí ele amplia essa visão que a gente tem do sonho, trazendo um pouco da cosmovisão dos povos originários. Então, além do sonho enquanto instituição, eu também acredito nessas manifestações enquanto uma instituição: capoeira enquanto uma instituição que pode ajudar a transformar esse país num lugar melhor pra se viver. Isso é um pouquinho do que eu acredito. Não tenho uma resposta fácil, mas acredito muito nos movimentos de participação popular que essas situações manifestam, dessa cultura que é a essência do povo brasileiro.”

“O caminho para fortalecer a participação popular é um caminho que não se encerra. São muitos, alguns possíveis, outros que talvez sejam utópicos”, aponta Carla. “Acredito que devemos fortalecer a democracia participativa, o exercício da cidadania e o contato dos cidadãos com a esfera política em todos os âmbitos e não só em ano eleitoral. Precisamos aproximá-los de processos, ações e políticas públicas de maneira acessível, para que faça sentido na vida deles o ato de participar ativamente, não só no momento que requerer um direito ou só no momento de dar um voto. Precisamos criar estratégias para desburocratizar os espaços de controle social e de propiciar conselhos de políticas públicas não meramente cartoriais, apenas para ficar aprovando decisões muitas vezes verticais. Precisamos investir em formação aliada com

uma escuta ativa sobre o que a população deseja, o que a população necessita, atrelada a uma articulação com outras políticas públicas, com lideranças comunitárias e fazer convocações públicas da comunidade para participar dessas discussões. Assim, podemos romper com políticas criadas em gabinetes. Ouvir a população é imprescindível para compreender com clareza qual cidade ela quer e qual cidade ela deseja. Precisamos também melhorar o processo de transparência das ações do estado realizando audiências públicas para prestação de contas. Por exemplo, existe uma participação potente nas conferências de políticas públicas, mas depois que se acaba não há de fato uma participação ativa no acompanhamento das deliberações. Precisamos de estratégias para romper com a política neoliberal que incide sobre o controle social de forma controladora e não participativa. Romper com a concepção de direitos serem considerados meramente produtos, e sim fortalecermos o direito e transformá-lo em políticas públicas. Paulo Freire tinha uma obsessão em compreender como algumas pessoas podiam estar nessa situação de injustiça social e num certo sentido se confortar, se conformar em viver daquele jeito. Terminei essa reflexão propondo que pensemos de forma mais profunda sobre o nosso papel político na humanidade e sobre como buscar estratégias para fortalecer direitos já garantidos por lei, bem como incluímos neste processo democrático mais vozes, minimizando a cultura da não participação que no período de pandemia foi aprofundada, além de também romper com essa cultura do silêncio.”



Foto: iStock

MOVIMENTO NEGRO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Por Suelma Inês de Deus Branco*

*Assistente social, mestre em gerontologia social, ativista no Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais no Serviço Social e na Soweto Organização Negra.

“O governo é igual feijão, só funciona na pressão”. Esse aforismo, muito usado pelos movimentos sociais em São Paulo, traduz a realidade vivida pelos ativistas populares em busca da conquista de direitos. A pressão gerada por meio da participação social se constitui no principal mecanismo popular de persuasão política. Portanto, entender a participação social como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, é elemento desencadeador de conquistas e avanços sociais ao longo da história do Brasil.

No campo e na cidade, as manifestações populares por direitos, justiça social e igualdade, fazem parte da vida da população brasileira. Luta pela terra, luta contra o racismo, por direito ao voto, movimento contra a carestia, movimento pela reforma urbana, movimento estudantil, movimento contra a homofobia, movimento pelos direitos da mulher, movimento contra misoginia, movimento LGBTQIA+, movimento atingidos pelas barragens, movimento pelos direitos indígenas, movimento pelos apenados, movimento pela saúde, pela liberdade religiosa, entre outros movimentos. Tudo isso são exemplos de reação, da capacidade de participação, mobilização e organização do povo brasileiro. Cada grupo, cada segmento social, do seu jeito, com sua forma, dão sentido aos problemas que os afetam diretamente e que passam despercebidos ou são naturalizados aos olhos do Estado e da sociedade.

AS POLÍTICAS DE AÇÕES DE AFIRMATIVAS

Ao analisar o processo de condução da pauta racial, podemos observar os avanços e conquistas do movimento negro ao adentrar as instâncias governamentais, no entanto para muitos autores e lideranças negras, mesmo com as iniciativas governamentais da década de 90, na prática, muito pouco se avançou. Por isso o movimento negro continuou em atuação e chegou ao século XXI preparando-se para participar da III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, em setembro de 2001.

Eventos preparatórios de grande impacto social precederam a Conferência de Durban, tais como a Conferência Nacional, com mais de dois mil participantes, reuniões preparatórias em todos os estados, reuniões internacionais regionais das Américas, reuniões entre movimentos negros de diversos países com a elaboração de documentos reivindicativos. Assim, em decorrência dos desdobramentos das mobilizações, o Brasil assumiu o compromisso efetivo de implementar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais, com a adoção de novas iniciativas, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial

(CNCD), ligado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, com o objetivo de incentivar a criação de políticas públicas afirmativas e proteger os direitos dos indivíduos e de grupos sociais, raciais e étnicos sujeitos à discriminação racial. (SILVA et al 2009, p.36).

Alguns ministérios determinaram cotas para negros em cargos direção, na contratação por empresas terceirizadas e organizações de cooperação técnica. As ações afirmativas passaram a ser pensadas no âmbito governamental a partir dos eventos preparatórios da conferência, muitas polêmicas e discussões referentes à política social específica para a população negra surgiram, desvelando a persistência do racismo e a naturalização da condição de inferioridade socioeconômica em que negros e negras encontram-se historicamente.

A conferência foi iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), reuniu 16 mil participantes de 173 países. O objetivo de conferências desse porte é discutir “temas globais” como assentamentos humanos e a situação da mulher, pautados em conferências anteriores. A Conferência de Durban, como ficou conhecida, foi uma agenda inovadora e seu texto final norteou ações para eliminar desigualdades estruturadas na raça e orientações para a elaboração de políticas públicas contra o racismo. A III Conferência deixou como legado a necessidade de adoção de medidas reparatórias em prol da população negra, não em espécie, mas em políticas afirmativas ou políticas focais que carecem de recursos para atender grupos discriminados.

Após a Conferência de Durban, diversas medidas foram adotadas pelos governos brasileiros. O Instituto Rio Branco passou a realizar, em 2002, o programa de “bolsa-prêmio para a diplomacia”, voltado para estudantes negros/as. Posteriormente, a Lei nº 12.990/2014, que estabelece reserva de 20% das vagas nos concursos públicos para candidatos/as negros/as, provocou alterações no programa bolsa-prêmio com o aumento da efetividade do programa oferecendo apoio aos candidatos/as negros/as bem sucedidos/as na primeira fase do concurso. Desde a implantação do Programa, o Instituto Rio Branco já aprovou 46 bolsistas nos Concursos de Admissão à carreira de Diplomata. Ter negros e negras no corpo diplomático brasileiro é algo inédito na história do país de maioria preta e parda e prova que só com a pressão vinda do movimento negro essa realidade, lentamente, vem se revertendo.

“ No campo e na cidade, as manifestações populares por direitos, justiça social e igualdade, fazem parte da vida da população brasileira. ”

Historicamente, a população negra se fez presente no serviço público, a maioria em funções de nível básico ou médio. Quanto maior são as exigências para determinadas carreiras públicas, por exemplo, carreiras jurídicas: magistratura, promotoria, procuradoria, altas patentes da carreira militar, diminuem as chances de negros/as acessarem em função das desigualdades sociais e econômicas que impossibilitam o preparo adequado para a seleção. As exigências podem ser uma das tantas catracas invisíveis presentes na estrutura da sociedade e que bloqueiam o acesso da população indesejada, os pobres e os negros em determinados lugares. Portanto, a reserva de vagas para negros/as no serviço público em todas as esferas de governo é uma política afirmativa que contribui com o desbloqueio da catraca e a participação um pouco menos desigual nos bens socialmente produzidos.

Apesar de avanços alcançados com a Lei de Cotas no serviço público, algumas medidas não foram implementadas, por exemplo, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, Decreto nº 4.228 de 2002 e os Programas de Ações Afirmativas nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura e da Justiça, reflexo da descontinuidade na execução de políticas públicas a cada troca de governo.

Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, outras ações foram implementadas, entre elas a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) - com status de ministério - o avanço nos sistemas de informação com notificação e registro de raça e cor, as ações públicas dos movimentos negros para o estímulo à autodeclaração racial, a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Conselho Na-

cional de Saúde (CNS) e a instituição de políticas de ação afirmativa no ensino superior. Seguem breves comentários sobre alguns dos pontos mencionados:

- » Na gestão atual (2022), a Seppir passou a ser denominada Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), perdeu o status de ministério e foi agregada ao Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, perdeu poder, autonomia e recursos para fazer a pauta racial continuar se fortalecendo e incidindo nas esferas do governo e na sociedade.
- » A Lei 10.639/2003 foi substituída pela Lei 11.645/2008, com a inclusão da obrigatoriedade de ensino da cultura indígena e afro-brasileira no currículo oficial de ensino. Reivindicação antiga do movimento negro para evitar visões distorcidas e estereotipadas da população negra, a lei supre esse anseio, resta agora fazer com que a operacionalidade seja amplamente efetiva, o que depende do empenho de alguns fatores, entre eles, a capacitação continuada na temática étnico racial voltada para gestores da educação do país inteiro.
- » Para a formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial é fundamental que o país faça a coleta dos dados sobre a pertença racial nos prontuários, cadastros, fichas, etc. de usuários dos serviços públicos, trabalhadores em geral, estudantes, entre outros, para se ter conhecimento do perfil e distribuição da população na rede de serviços e atendimentos e para se pensar nas políticas públicas específicas.
- » Ao se analisar a linha do tempo dos censos realizados no Brasil, 1872 a 2010, observa-se mudan-

ças nas categorias utilizadas para identificar a pertença racial e também a ausência da coleta do quesito cor em determinados momentos por motivos diversos entre eles. Em 1970, período da ditadura militar que optou-se pela não inclusão da variável, atribuindo à miscigenação a dificuldade em classificar a cor. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa as categorias branco, preto, pardo, amarelo e indígena para classificar as pessoas por raça/cor. O IBGE classifica como negros os pretos e pardos. Decisão tomada de acordo com as reivindicações do movimento negro que, ao contrário de muitos estudiosos que questionam as classificações adotadas pelo Instituto, para o movimento, conforme aponta Gabriela dos Anjos em seu estudo "A questão "cor" ou "raça" nos censos nacionais" (2013). Para os militantes do movimento negro, o que se questiona é a existência de uma categoria intermediária entre "branca" e "preta", que abre aos respondentes a possibilidade de declaração de uma cor mais clara ou "branqueamento" nas respostas (Marx, 1998, p. 163). Ela promoveria uma negação da "negritude" e dificultaria a criação de uma identidade comum entre os "não brancos" (Loveman).

» As políticas de ação afirmativa no ensino superior abriram chances para estudantes negros e negras de baixa renda ingressarem na universidade pública e seguirem na vida com novas oportunidades e possibilidades de sair da linha de pobreza. A pesquisa "Desigualdades Raciais por Cor ou Raça no Brasil" (IBGE, 2017) demonstra o êxito da política ao divulgar que o número de estudantes pretos e pardos nas universidades e faculdades públicas ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos.

» A Saúde da População Negra é uma pauta demandada pelo movimento negro e por mulheres negras desde a década de 80. A Política Nacional Integral de Saúde da População Negra (PNISPN), Portaria nº 992 de 13/05/2009, articulada ao Sistema Único de Saúde (SUS) tem o objetivo de melhorar as condições de saúde de negros e negras e estabelecer padrões de equidade étnico racial e de gênero na política de saúde do país. Mais uma conquista do movimento negro, em que pese os problemas enfrentados pelo SUS, registrar a existência da PNISPN é um diferencial para a população negra.

Mobilização, organização e participação são ações realizadas pelo povo negro desde o Brasil colônia nos quilombos, lugares de resistência e luta contra a escravidão, até os dias de hoje. No período pós-abolição, e já adentrando o século XX, a população negra, marginalizada do processo de industrialização do país, dá continuidade à luta racial e elabora uma contra-ideologia-racial com formas diversas de participação, inserção social e constituição de uma cidadania negra. A imprensa negra, o associativismo cultural, religioso e político, são alguns importantes meios de fortalecimento, preservação da identidade e possibilidade de transformação da condição de subalternidade vivida pelo povo negro. A ida às ruas para sambar, mas também votar, denunciar, reivindicar, protestar e propor formas para eliminar o racismo e todas as formas de opressão em busca de um reordenamento social e racial, onde todas as pessoas vivam com dignidade, tenham qualidade de vida e usufruam com equidade dos bens materiais é a "negrotopia" do movimento negro.



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NAS CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por Inmaculada Figols Costa*

*Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (1980); *Lato Sensu* em Administração de Recursos Humanos pela Universidade do Grande ABC (1997) e mestrado em Psicologia pela Universidade São Marcos (2000). Consultora organizacional na área de Serviço Social, Terceiro Setor e Organizacional.

Ao pensarmos sobre a construção da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o seu percurso histórico, podemos afirmar que foi construída com a mobilização popular, com lutas, resistências, desafios e limitações, mas sempre buscando combater as desigualdades sociais, contribuir para uma sociedade mais justa e efetivar uma Política de Estado. Toda essa trajetória buscava o reconhecimento de uma política pública de direito.

No Brasil, na década de 1930, surgiu a Assistência Social com práticas assistencialistas que se estabeleceram como política de governo por décadas. Os anos 80, por pressão e participação da sociedade civil, foram marcados por discussões no campo dos direitos sociais e na efetivação de políticas sociais. Todo esse movimento, só adquiriu *status* de política social com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição Cidadã. Portanto, é considerado um marco importante no avanço da proteção social e dos direitos sociais. A CF/88 instituiu um Estado Democrático de Direito e reconheceu a Assistência Social como parte do Sistema de Proteção Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, compondo o Tripé de Segurança Social.

O Estado Democrático de Direito permite aos cidadãos o pleno exercício da participação, por meio da democracia representativa e participativa de modo que possam atuar no controle social e na fiscalização, exigindo do Poder Público um espaço democrático para discutir a Política da Assistência Social, a gestão e a concretização das Políticas Públicas Sociais, garantindo assim, a dignidade da pessoa humana.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NAS CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A CF/88 é um marco fundamental no processo de reconhecimento da assistência social como política social e define as diretrizes financeiras, de gestão e de controle social (Boscari e Silva, 2015), tendo isso em mente, julgamos necessário apresentar um breve relato sobre o cenário da atual Política de Assistência Social.

Sabemos que historicamente a Assistência Social foi marcada por ações assistencialista e práticas caritativas, assistindo os pobres, os doentes, os miseráveis, os excluídos e marginalizados pela sociedade. Essas ações foram exercidas por grupos religiosos com ações pontuais, fragmentadas, descontínuas e em desacordo com

as demais políticas públicas. Por um lado essa prática reafirmava a exclusão social dos indivíduos promovendo e reproduzindo uma cultura subalterna, que estimula barganha, subserviência, troca de favores e de benesses. Essa visão permaneceu por muito tempo e, podemos afirmar que ainda está presente nos nossos dias, não sendo a Assistência Social garantida como direito e nem reconhecida como política social.

Para que esse reconhecimento fosse efetivado, a sociedade civil organizada iniciou um processo de mobilização social em defesa da Política de Assistência Social enquanto política pública, dever do Estado e direito do cidadão, exigindo do Poder Público, legislações que garantissem o direito expresso na CF/88. Surge então, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993, a PNAS (2004), a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), a implementação da Norma Operacional Básica – NOB (2005 e 2006), o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (2007), além das Portarias, Decretos e Resoluções. Portanto, a PNAS como política pública de direito social assegurada pela Constituição, sistematizada e aprovada pelo SUAS, normatizada pela LOAS, com o objetivo de garantir uma política de proteção à população vulnerável pela pobreza e pela exclusão social. Garantindo a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços socioassistenciais por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Para atender o que foi proposto pelo SUAS é imprescindível a participação popular e o controle social, estabelecido na CF/88, em seus artigos 203 e 204, nos quais dispõem especificamente da Assistência Social e, no inciso II, do Art. 204, estabeleceu que: “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle social das ações em todos os níveis”, ou seja, a participação é assegurada nas esferas municipal, estadual e federal. Para que essa participação popular seja efetiva, a LOAS no artigo 5º estabelece a organização da Assistência Social e no inciso II, dispõem que a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

Portanto, existem “espaços democráticos de deliberação e de fiscalização da eficácia das políticas públicas, aliados a uma representação forte dos interesses gerais da sociedade, constituem a lógica do constituinte no controle popular das políticas públicas. Os conselhos e as conferências (inciso VII do art. 18 do LOAS) constituem, assim, fóruns privilegiados em que se efetiva essa participação” (SIMÕES, 2014, p. 112). São instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS. São espaços de caráter deliberativo que permitem o debate e avaliação da Política de Assistência Social e

a proposição de novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais dos seus usuários. Por esta razão, a participação popular e, principalmente, a presença dos usuários é fundamental.

As Conferências de Assistência Social possibilitam o debate coletivo e a participação social das diferentes organizações da sociedade civil, com a representatividade de usuários, trabalhadores, organizações sociais da Assistência Social, bem como representantes da área governamental com o objetivo de debater as prioridades, garantir o diálogo, discutir propostas, deliberar coletivamente, direcionar metas comuns a fim de fortalecer a Política de Assistência Social.

Com base no referencial teórico, tivemos a oportunidade de participar como

facilitador dos Eixos, palestrante e mediadora, na pré-conferência de uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo, na XII Conferência Municipal da Assistência Social de uma cidade do interior e na XII Conferência Estadual da Assistência Social de São Paulo, respectivamente. Nessas vivências observamos que a participação popular, principalmente nas pré-conferências, foi bastante discutida pelos participantes, até por que a participação tanto dos usuários como do poder público foi relativamente baixa, sendo um ponto de grande preocupação. Os participantes colocaram que os movimentos sociais não tem atuado com o mesmo protagonismo dos anos 80, o que não fomenta a participação popular e, também, segundo eles, os usuários não participam no Conselho Municipal de Assistência Social porque o Poder Público estabelece horários que não são compatíveis com os da população, não oferece incentivos para transporte público, não investe com acessibilidade e nem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para que as pessoas com deficiência possam participar.

“ As Conferências de Assistência Social possibilitam o debate coletivo e a participação social das diferentes organizações da sociedade civil. ”

Durante as discussões sobre os cinco Eixos temáticos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 12ª Conferência Nacional de Assistência Social de 2021, os presentes discutiam e elaboraram propostas não relacionadas com os eixos. Isso nos chamou a atenção tanto na pré-conferência, quanto na Conferência Municipal e Estadual, tiveram momentos que reivindicavam e defendiam assuntos individuais e não coletivos, como por exemplo, a discussão de cargos e salários dos trabalhadores da assistência social, a criação de um centro de treinamento para capacitar os trabalhadores do SUAS; fortalecer a parceria com o Terceiro Setor para oferta de cursos profissionalizantes para jovens, tanto no âmbito municipal e estadual; os procedimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para atender os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); entre outros assuntos não pertinentes com o tema proposto na Conferência. Essas três etapas vivenciadas nos levaram a refletir sobre o desafio que os gestores, trabalhadores do SUAS têm para trabalhar com os usuários, a sociedade civil e as Organizações da Sociedade Civil em entender o conceito e, principalmente, a atuação da PNAS com as outras políticas setoriais.

Podemos verificar nos dados analisados e sistematizados de acordo com a metodologia contida no informe 04 do CNAS/2021, que os Municípios fizeram eventos preparatórios, palestras e atividades para mobilizar a população a participar, mas nenhum evento específico com usuários, o que nos leva a pensar que ainda faltam trabalhos focados e específicos para que a população participe como prevê Constituição Federal 1988, no Art. 204, no inciso II. Portanto, a experiência nos mostrou que temos muitos desafios na busca de efetivar a PNAS no território nacional.



Foto: iStock.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação nas pré-conferências, nas Conferências Municipal e Estadual, nos fez pensar em alguns desafios, num momento de retrocessos de todas as Políticas Públicas e Sociais, em especial da PNAS. Podemos apontar a falta de clareza e entendimento da PNAS e sobre a gestão do SUAS dos conferencistas, principalmente, no que diz respeito às atribuições e responsabilidades dos entes federativos, bem como dos equipamentos e das OSCs nos atendimentos aos usuários da Assistência Social. Esse dado, nos leva a repensar que os Conselhos Municipais de Assistência Social devem desenvolver estratégias para trabalhar a questão para o melhor entendimento em todos os órgãos. Outro desafio muito presente no processo das Conferências é a criação de mecanismos para mobilizar os movimentos sociais e os usuários, garantindo a participação popular nos Conselhos por serem espaços democráticos de discussão e articulação coletivas.

Em suma, podemos afirmar que as Conferências, mesmo com todos os desafios presentes na atual conjuntura e com as políticas públicas passando por uma grave crise de dissolução, oportunizaram grandes debates, discussões e novos conhecimentos, além de viabilizar a participação popular na garantia dos direitos socioassistencial, da justiça social, da equidade, bem como da defesa da PNAS e do SUAS.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

O SUAS E AS ELEIÇÕES

Por Célio Vanderlei Moraes*

* Psicólogo (CRP 12/765) e mestre em Sociologia Política pela UFSC. Foi Conselheiro Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Nacional da Assistência Social. Foi Consultor do MDS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

A Assistência Social tem como desígnio constitucional a participação popular (Constituição Federal de 1988, artigo 204, inciso II). Esta mesma concepção foi replicada na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8742/1993) e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004) ao instituir o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. O sentido dessa participação em relação aos processos eleitorais, entretanto, merece um olhar mais detido, e é o que faremos aqui.

A *formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis* ocorrem de diferentes formas e em diferentes espaços. Uma leitura apressada poderia deduzir tratar-se dos Conselhos de Assistência Social, nos respectivos níveis, que devem ter a participação, dado que tem poder deliberativo sobre a política. Sem dúvida este é um dos pontos centrais, mas não o único a ser considerado.

Os Conselhos da Assistência Social (Municipais, estaduais, do Distrito Federal e Nacional), são compostos paritariamente pelo Poder Executivo e da Sociedade Civil, esta subdividida entre trabalhadores/as, usuários/as e entidades socioassistenciais. Para a conta fechar é importante que o número total de integrantes seja múltiplo de 3 e, ao mesmo tempo, divisível por 2. No nacional são 18, nos municípios poderiam variar de 6 (para municípios de pequeno porte), até 24 membros. Cada lei local, ao regulamentar a LOAS, define isto.

Os representantes do poder público são indicados e podem ser mantidos no cargo durante todo o mandato do executivo, ou substituídos a qualquer tempo. Quando se renova a composição do Conselho, geralmente a cada dois anos, o governo pode manter ou trocar seus representantes. No caso dos representantes da sociedade civil, há que se fazer uma escolha, também chamada de eleição, que tem algumas peculiaridades.

O próprio Conselho, antes de terminar cada mandato, deverá organizar o processo, evitando uma lacuna entre os mandatos. Importante frisar que não se pode esperar o fim do período porque, neste caso, suas decisões podem ser invalidadas. Para que tenha sucesso no processo eleitoral é fundamental que o conselho se atente para alguns pontos, conforme veremos.

Os segmentos precisam ser representados e não apenas ter nomes escolhidos para ocupar os cargos, isto é, precisam definir como será organizada a mobilização de todo o segmento para participação e, a partir disto, definir quem será o porta-voz de suas perspectivas. Trata-se, portanto, de dar qualidade ao processo participativo organizando com a máxima antecedência, atividades que possibilitem a apropriação da situação atual e o compartilhamento de ideias a serem desenvolvidas durante o mandato.

Podemos pensar em folhetos explicativos, debates abertos (presenciais ou *on-line*), rodas de conversa de diferentes tamanhos e formas, enfim, é preciso investir na base para que se possa falar em representação. Se ficar só na escolha de conselheiros/as, não há o que representar. Não pode ser um cargo honorífico, mas um mandato temático. Em nome de um segmento, apresentar e defender determinadas propostas.

Cada segmento, por sua vez, deve procurar organizar-se para “amadurecer” as ideias, aprimorar os mecanismos de acompanhamento e escolher quem pode melhor desempenhar o mandato em nome da coletividade. Não é uma tarefa simples e esbarra em inúmeras questões, desde vaidades até divergências efetivas e legítimas, que precisam ser compatibilizadas. Sempre deve existir espaço para a discordância, mas é preciso chegar a acordos para que as ações sejam desenvolvidas em alguma direção.

O segmento dos/as usuários/as é o mais importante e deve receber maior dedicação do Conselho e de todos aqueles que se interessam pela assistência social. Os fóruns permanentes de usuários/as estão se espalhando pelo Brasil todo tem experiências interessantíssimas de organização, resgatando muito do sentido popular, que já foi tão caro e hoje parece esvaziado. Vale muito a pena procurar contatos e replicar em outros territórios este tipo de articulação.

Além disto, em cada oportunidade, roda de conversa na unidade de atendimento, encontro de formação, material de divulgação, postagem em rede social ou outros, será importante referir e incentivar a participação dos/as usuários/as. Não tratá-los/las como “usuários”, mas como sujeitos, incitando-os/as a pensar e opinar como as coisas estão indo e como deveriam ser, a que troquem ideias entre si e se posicionem como segmento.

Os/as trabalhadores/as deverão também organizar-se na forma de fóruns permanentes. É importante considerar que todos/as os/as trabalhadores/as devem ser chamados a participar, não apenas quem tem formação em nível superior, ou quem atua no Poder Público ou só nas entidades. É um espaço de resgate e fortalecimento de quem se dedica profissionalmente ao SUAS e, por isso, tem muito a dizer sobre a situação e o que

“ *A formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis ocorrem de diferentes formas e em diferentes espaços.* ”

deve ser feito por seus locais de trabalho, mas nem sempre são ouvidos/as e respeitados/as. A representação deste segmento não deve ser feita por quem exerça cargo de confiança na gestão pública, mas pode ser exercida por qualquer outro servidor/a ou trabalhador/a de entidade, caso o segmento considere adequado no contexto local.

As entidades socioassistenciais, de igual maneira, precisam aprimorar sua articulação enquanto segmento. Quando o repasse de recursos do Poder Público atrasa ou não sai é comum que se unifiquem, mas aquelas que não dependem deste tipo de verba ou em outros momentos, poucas dedicam seus esforços a construir essa mesma unidade. Parecem estar absortas em suas missões institucionais, como se esta pudesse ser alcançada de forma isolada e não através da Rede, que envolve inclusive as unidades públicas. O acesso aos Direitos, que é propalado unanimemente, só avança como resultado de todo o Sistema Único e não de quaisquer de seus integrantes isoladamente.

Retomando a organização da escolha dos representantes da sociedade civil pelos Conselhos, que também pode ser chamada de eleições, há passos a serem dados com prazos e procedimentos específicos a serem respeitados. O primeiro deles é criar, através de uma resolução aprovada em plenária, uma comissão eleitoral com a máxima antecedência possível. Esta comissão apresentará a proposta de calendário do processo e a minuta de edital de convocação do processo de escolha. Também logo de saída é recomendável uma articulação com o Ministério Público, para que acompanhe todo o processo, evitando nulidades. No edital que será construído pela comissão, deverão constar todas as regras e procedimentos para a inscrição de candidaturas e para registrar-se como eleitor. Notemos que a escolha se dá por segmento e cada um tem características próprias.

Os/as usuários/as não se fazem representar exclusivamente por entidades, como previsto na resolução CNAS nº 11/2015. São múltiplas as possibilidades e isto deve estar previsto no edital.

Os/as trabalhadores/as tem entidades que os representam, mas também podem ser representados por coletivos organizados de maneira não institucional, como é o caso de Fóruns. Há que se estabelecer maneiras de reconhecer e incentivar este tipo de organização, principalmente quando forem heterogêneas, isto é, não apenas de uma categoria profissional, mas de diferentes níveis de formação e atuação em diferentes locais.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS terá eleições neste ano. É bom que todos/as procurem se informar e se articular para que seu segmento seja bem representado. Entidades que atuem em mais de um estado são possíveis candidatas em seu segmento. Trabalhadores/as e Usuários/as precisarão fortalecer suas articulações para participar da assembleia eleitoral, prevista para maio deste ano.

Como referido no início deste texto, a participação na formulação e controle das ações da assistência social não pode ser resumida aos Conselhos, apesar de sua importância. Neste ano teremos também eleições para o parlamento nacional e para o Poder Executivo nos âmbitos estaduais, do Distrito Federal e Nacional. Estes todos também fazem parte da formulação e controle das ações relativas a esta Política Pública e, portanto, devem ser objeto da preocupação de todos/as que estão comprometidos/as com a assistência social.

Não se trata mais de se organizar por segmento (governamentais, trabalhadores/as, usuários/as ou entidades socioassistenciais), mas de buscar a unidade em torno do próprio SUAS. É preciso indagar, por exemplo, se os candidatos a deputado sejam estaduais, distritais ou federais, conhecem o SUAS e até que ponto se compro-

metem a fortalecê-lo ao invés de simplesmente prometer emendas para isto ou aquilo. Os candidatos ao Senado e ao Poder Executivo, da mesma maneira, compreendem a importância dos serviços socioassistenciais ou os tem apenas como requisito formal das normativas?

Precisamos ampliar muito as estruturas (pessoal, equipamentos públicos, verbas para repasse a entidades etc.) para chegar mais perto da proteção social afiançada pelas normativas. Mesmo sendo importantes, não bastam benefícios eventuais, auxílios e bolsas. Precisamos chegar aos territórios mais vulneráveis com condições de oferecer acompanhamento de qualidade e alternativas concretas para que as famílias alcancem seus direitos.

Será necessário preparar materiais e atividades que correlacionem as duas coisas. Quando elegemos um/a parlamentar ou governante, estamos escolhendo como as políticas públicas devem impactar nossas vidas. Trata-se de projetos de sociedade que devem ser postos à mesa. Há a delicadeza de não misturar com questões partidárias propriamente ditas, mas não dá para desconsiderar a implicação destas questões.

“ Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS terá eleições neste ano. É bom que todos/as procurem se informar e se articular para que seu segmento seja bem representado. ”

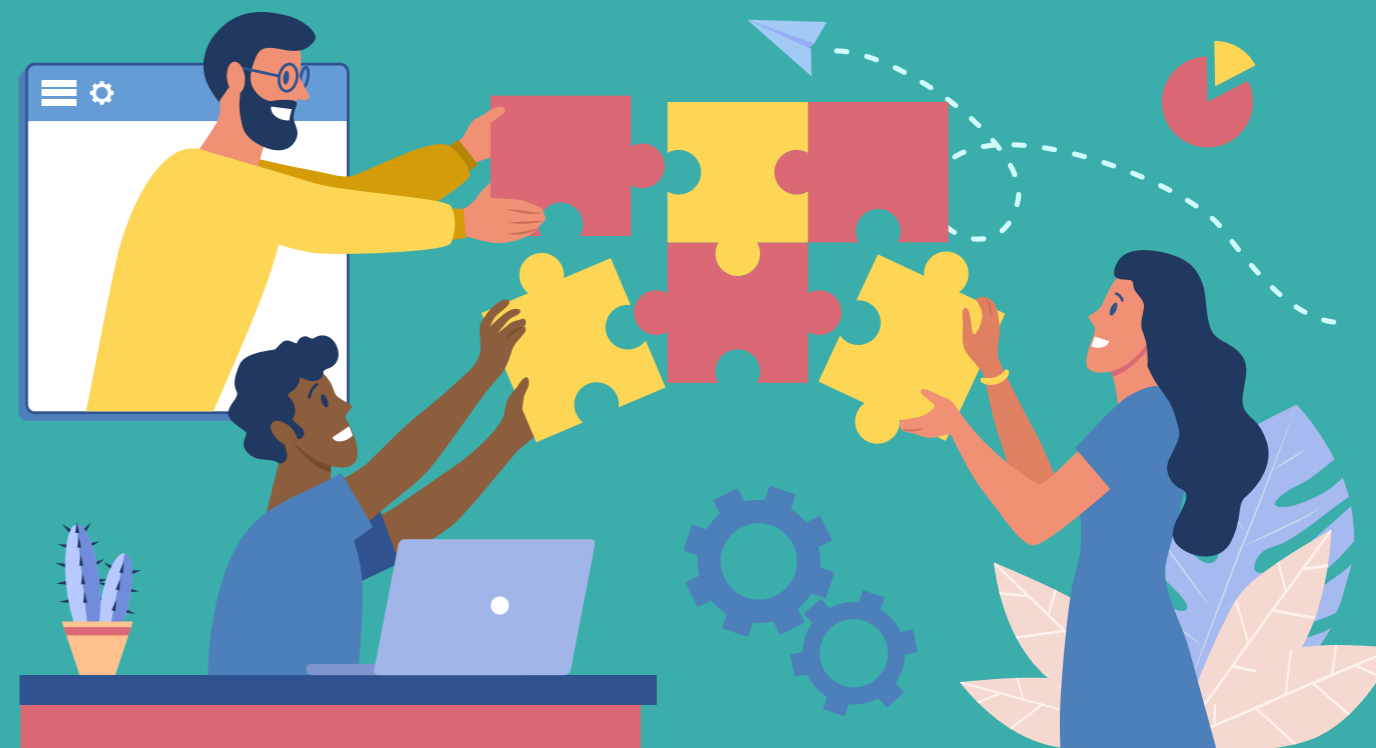
Educação política para a participação não pode ser confundido com proselitismo partidário e é essencial para o desenvolvimento da autonomia, que é uma das seguranças socioassistenciais a ser assegurada.

Não há mais espaço para reduzirmos as eleições, sejam elas dos/as representantes no Conselho, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, Governo Estadual, Distrital ou Presidência da República à escolha de nomes. A *educação política* precisa ser resgatada em sua beleza por todos os serviços da assistência social, como parte de nosso fazer. A escolha não é difícil na medida em que temos em vista que tipo de sociedade nós queremos e, por consequência, que política de assistência social e quem são as melhores pessoas para colocá-la em prática.



ASSESSORAMENTO E VIRTUALIDADE

Por Redação



Em conversa, Carlos Ferrari aponta aprendizados, estratégias, vantagens e desvantagens da atuação on-line adotada durante a pandemia.

Apesar de raramente expresso, há um elemento costumeiramente conversado dentro da atuação na Assistência Social: adaptabilidade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é constantemente desafiado com a demanda de se reinventar para atender apropriadamente a pluralidade de vulnerabilidades surgidas pela nossa dinâmica social. Em 2020, surgiu um novo desafio e a necessidade premente de permanecermos atuantes, mesmo que remotamente, levou-nos a observar estratégias de outras políticas como potenciais exemplos.

“Assim como nós aprendemos na educação, falar de uma política pública a distância é sempre muito complicado, afinal, nós estamos tratando de estratégias que priorizem a nossa humanidade e as nossas relações. Logo, falar em ‘distanciamento’ ou ‘à distância’ pode gerar um entendimento equivocado”, aponta Carlos Ferrari, que presidiu o Conselho Nacional de Assistência Social de 2010 a 2012. “Por um lado, falar em ambientes virtuais é extremamente possível e necessário, principalmente quando se fala em educação, difusão do conhecimento e investimento em campanhas que são transformadoras e impactam na defesa de direitos ou mesmo na conquista de novos direitos.”

O assessoramento, com seu exercício de fomento

ao debate e a articulação social, tem um papel a ser refletido nessa conjuntura de ambientes digitais.

“Pensemos no papel do ADGD, não só do assessoramento, mas do assessoramento e da defesa e garantia de direitos. Essas duas categorias de atuação cumprem um papel e desempenham uma importante contribuição importante na formação de trabalhadores, de coletivos, de lideranças e na outra ponta, para além de formar, informar, mobiliza e conscientiza. Nós precisamos então pensar que nesses ambientes é interessante que ocorram interações em tempo real, com conteúdos que gerem engajamento e em outras tantas vezes que haja algum tipo de produção colaborativa. Ferramentas para isso existem, e cabe a nós, mediadores da política pública de assistência social, fazer com que essas ferramentas sejam apropriadas pelos distintos atores que precisam e que fazem parte do SUAS.”

A medida que retomamos progressivamente à normalidade, surge a questão: quando e como utilizar essas ferramentas? Quão apropriado é para o assessoramento adotar a virtualidade como ambiente de atuação? Carlos Ferrari pontua: “falar de vantagens e desvantagens pode parecer algo que pode gerar alguma leitura maniqueísta da coisa. Nós não estamos tratando de algo que é uma panaceia, ou seja, algo que vem para re-

solver todos os problemas. Nós, que somos da assistência social e da política de proteção social, que cuidamos da parte relacional. Os vínculos e as relações humanas precisam ser preservados por nós. Talvez a grande desvantagem seja criar a falsa ideia de que tudo possa se resolver no virtual. Tomemos como exemplo a participação popular: essa participação se dá por meio da beleza e da possibilidade do encontro, e o encontro ocorre onde as pessoas possam se tocar, possam interagir diretamente. O ambiente virtual não permite isso. É também comprovado que a fadiga digital ocasionalmente afasta e, por vezes, constrange. Por outro lado, a vantagem é que você pode potencializar a articulação de redes e aproximar múltiplos segmentos com lutas semelhantes. O ambiente digital pode criar redes de quilombolas, redes de pescadores, redes de populações indígenas, de pessoas com deficiência, fazendo dessa articulação algo extremamente potente para conquistas e ambientes reais.”

Ferrari também aponta que ainda é cedo para sinalizar com clareza rumos e impactos. “Quanto aos aprendizados na pandemia, nós ainda não temos nada sistematizado. Eu poderia dar uma série de opiniões aqui, mas prefiro destacar que é importante que esse estudo seja feito. Importante que agora a gente possa se mobilizar para identificar como isso foi importante para os múltiplos coletivos. Para os trabalhadores,

por exemplo; como o ambiente virtual pode ser útil no trabalho de serviços como o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo ou mesmo na proteção especial para o acompanhamento de famílias que tudo o que não precisavam eram do afastamento social. Estavam buscando o convívio e tiveram que se ver isoladas para se proteger. Então não vou me ancorar a apontar: são aprendizados, sem dúvida, mas é importante que se investigue isso.”

Por fim, além de adotar ponderadamente estratégias de mobilização virtual, também é importante observar as leituras dos Conselhos de Assistência Social sobre esse tipo de atuação. “Os conselhos discutem muito esse assunto, mas são necessários subsídios. Nós precisamos convidar os Conselhos Municipais, e Estaduais e o próprio Conselho Nacional de Assistência Social a discutir esse tema. Precisamos contemplar as possibilidades da assistência social no ambiente virtual numa perspectiva de trabalho on-line a partir da sistematização de dados. Precisamos apresentar para esses espaços de participação popular e diversas instâncias de controle social, múltiplas ferramentas que lhes permitam fazer um debate mais qualificado. Hoje, as discussões ainda são de caráter emergencial e resume a discutir isso para ‘resolver um problema’. Outras vezes acaba se discutindo isso usando apenas opiniões como fundamento, o que não é ruim, mas é importante que se estimule esse debate com base Metodológicas, com dados e com provocações sistematizadas.”

“Precisamos apresentar para esses espaços de participação popular e diversas instâncias de controle social, múltiplas ferramentas que lhes permitam fazer um debate mais qualificado.”

SOBRE CONSELHOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Por Juliana Abramides*

*Professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - Unicentro (cursos de ética e serviço social, planejamento e introdução à política social). Livro sobre questão social e arte urbana no prelo a ser publicado no 2.º semestre de 2022. Doutora em Serviço Social com a Tese - Arte Urbana no Capitalismo em Chamas: Pixo e Graffiti em Explosão pelo Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Vamos direto ao ponto! Para se abrir campos para a efetivação e consolidação da democracia não basta garantir a existência dos espaços de visibilidade e disputas entre os interesses e projetos construídos. É necessário que as classes populares - trabalhadora, rural, urbana regionalizada, etnográfica, subalternizada, racializada, indígenas, mulheres, trans e população sobrando - não apenas se apropriem dos espaços de participação social e pública, mas também estejam organizadas com entendimento político, consciência de classe e afiadas para as tomadas de posicionamento nas práticas de democracia ativa.

Durante cinco séculos o povo brasileiro ficou completamente ausente do poder político. A formação da sociedade brasileira é complexa e apresenta uma combinação de poderes oligárquicos, militares e burgueses. Sequencialmente o poder oligárquico vem mantendo o povo brasileiro no regime de ignorância. Dizemos da política oligárquica quando um grupo de representantes age em benefício próprio, ao invés de atuar em prol da sociedade, dentro da legalidade e da moralidade social. São os políticos, sob hegemonia da classe dominante, que se protegem uns aos outros, colocam apadrinha-

dos em posições de poder político e absorvem dinheiro público em proveito de interesses particulares.

Ao mesmo tempo, a frágil democracia brasileira sofreu uma série de interrupções, a partir de golpes sucessivos e uma longa ditadura militar apresentando-se, como parte da cultura autoritária vigente no país.

Por outro lado, a verdadeira democracia, enquanto regime político de que a soberania ou o poder supremo pertence ao povo, nunca existiu no Brasil. Desde a colonização, até hoje, existem dois ordenamentos jurídicos no país - o oficial, que em grande parte não é aplicado e o real que é dado nas suas grandes decisões pelos oligarcas e burgueses.

Por que até hoje não temos o referendo e o plebiscito como práticas correntes? A população brasileira segue como mero figurante do cenário político quando temos uma continuidade do exercício de poder para poucos, em que a burguesia nacional é hegemônica e subordinada ao grande capital internacional.

Chegamos ao ponto de enfrentar a cultura política do favoritismo, do clientelismo, do coronelismo e do privatismo. Os espaços públicos em geral são fundamentais para encontros, explicitações e disputas. Neste

sentido, entendemos espaços públicos todas as arenas de debates, ou seja, as organizações autônomas e independentes dos movimentos sociais, e os fóruns e conselhos de direitos na esfera pública.

Comprometendo-nos com as lutas políticas de nosso tempo histórico e sabendo que há uma democracia brasileira blindada, incompleta e com uma série de interrupções autoritárias e privatistas. Sabemos que não basta a existência dos canais de participação e controle popular. Os conselhos gestores devem promover debates, proporcionar confrontos e estabelecer pactos comuns. Mas a correlação de forças estará equiparada? Será possível acontecer a partilha equitativa dos processos decisórios entre as representações das organizações da sociedade civil e do segmento governamental, para que as questões públicas tenham como referente o próprio domínio da demanda pública, ou todo o conjunto das necessidades e reivindicações que correspondem ao interesse abrangente da coletividade demandatária?

A práxis social e política da classe subalterna para enfrentamento permanente aos problemas coletivos da sociedade apresenta uma relação necessária com os poderes constituídos da sociedade política, mas também pela ampliação das propostas de democracia ativa e que superam a ordem de coisas já existentes.

Exercer influências sobre as instâncias decisórias do aparato Estatal em fóruns, redes, conselhos, plataformas, negociações, proposições e deliberações de políticas e orçamentos é uma forma de representação e participação permanente no jogo de forças, poderes e conflitos de interesses.

O espaço público está hierarquicamente subordinado à esfera pública, e há um esforço para ampliar a instância mediadora, a discussão e a participação política, para construir e viabilizar a esfera pública. Neste sentido, um Estado democrático, mesmo com seus limites, deve possibilitar instâncias participativas na gestão pública, bem como, atender os movimentos sociais autônomos e independentes da esfera estatal.

Portanto, a instância de organização e articulação da sociedade civil organizada para formular alternativamente proposições para as políticas públicas de maneira independente e, de outro lado, as instâncias de participação popular na esfera estatal podem contribuir para a

“ A dimensão educativa das políticas públicas permite a construção de instrumentos pedagógicos na perspectiva de incentivar a participação popular em todas as instâncias. ”



ampliação da democracia participativa. Desse modo, a própria noção de constituição democrática desses espaços significa a redefinição das relações de debate e confronto político.

Estimulemos no nosso local privilegiado e capilar de trabalho, em todos os espaços socioprofissionais, nas esferas das políticas públicas, nas instâncias municipal, estadual e federal, a articulação permanente com os movimentos sociais organizados, bem como, com os canais institucionais de participação popular.

A dimensão educativa das políticas públicas permite a construção de instrumentos pedagógicos na perspectiva de incentivar a participação popular em todas as instâncias. De outro lado, a socialização de informações conduz a uma maior apropriação da população em relação às políticas públicas, o que poderá auxiliar em seus planos de reivindicações e lutas.

Traçar a perspectiva de luta pela efetivação dos direitos sociais e incentivar as lutas e conquistas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora contra as formas de opressão e exploração capitalista, é parte desta dimensão de mediação da práxis profissional.

Por outro lado, os espaços institucionais de defesa e controle das políticas públicas com a presença de conselheiros da sociedade civil (mais informados), com formação política, discursiva e articulados com os movimentos sociais possibilitam que os conselhos redefinam suas posições no curso de disputa entre projetos políticos.

Os conselhos são ambientes políticos culturais, um tipo de partilha de poder. O preparo político e estratégico para defesa de argumentos no intuito de uma arena mais participativa com mais paridade no processo político, é uma pedagogia para se interferir na arena de negociações na esfera do Estado, assim como, nas condições concretas da vida social.

A dimensão estratégica se direciona ao caminho da liberdade, quando satisfazemos nossas necessidades de sobrevivência e podemos escolher entre alternativas reais numa direção que supere a emancipação política e caminhe para a emancipação humana.

1998

Por Mira Lopes

Éra uma típica tarde de domingo no Jardim Patuá: música alta rolando, crianças nas ruas, carros tomando banho de mangueira, o boteco e suas cervejas. Da laje de casa, Lívia e Djaime observavam tudo.

– Ficou ajeitadinha a garagem – sala – de – aula da Edileusa, né? Disse Djaime.

– É que foi o Vânio que construiu, o cara é fera demais. Nossa, a ideia que a Mãe Carmem falou ontem foi demais também, eu achava que participação política era votar nas eleições e só.

– Eu gosto muito da maneira como ela consegue pegar um acontecimento da favela e transformar numa oportunidade de explicar coisas complexas. Cara, a Edileusa só pediu ajuda para organizar uma sala para dar aula de alfabetização para idosos, era só a galera ir lá, fazer vaquinha para o material de construção, lousa, giz, caderno e tal, organizar o churras e já era.

– E quando se juntam Mãe Carmem e o Sr. Osvaldo... Aulas!

– Só de ela já começar falando que iríamos fazer uma ação política, que nós somos seres naturalmente políticos, esse lance todo de viver em comunidade...

– E quando o Sr. Osvaldo explicou que a nossa democracia é representativa, por isso, a gente elege candidatos, mas que a constituição permite a participação direta do cidadão? Vários olhos arregalados.

– Aham, até a parte do exemplo da Edileusa, eu estava de boa, mas, confesso que quando ele começou a falar de ple-

biscitos, conselhos, fóruns, fiquei um pouco confuso. Mas foi bom porque vou procurar pesquisar sobre o tema. Deu-me uma vontade danada de estudar isso.

– Pode crer! Toda aquela história de políticas públicas, sociedade civil organizada, vale ler com calma depois. Acho que era isso mesmo que eles queriam: que a gente se interessasse pelo tema.

– Sim, o importante mesmo era todo mundo entender que a proposta da Edileusa tá relacionada com rolê social de participação popular e o quanto todos nós temos o direito e também o dever de participar real do jogo, seja em nossa comunidade, bairro, cidade e por aí vai.

– Até porque se a gente for ficar esperando só pelos políticos, imagina... A ponte aqui só é consertada em época de eleição. Mas, olha só que estranho: ano retrasado fizeram só a ponte de concreto, não fosse o Jairo as escadas estariam direto no barranco ainda, ele que botou os blocos. Cidadão ativo o Jairo, agora sei.

– E esse tipo de participação acontece direto, é que agora a gente vai nomear diferente porque entendemos que está num contexto político social maior, igual disse Mãe Carmem. O importante, eu acho, é a gente se aproximar mais desses outros lugares de participação coletiva, organizada e tudo mais. A gente buscar ver direitinho quais são as necessidades aqui do bairro. Mãe Carmem disse que a gente consegue até propor projeto de lei, é mais complexo, mas dá. Não é incrível isso?!

– Ó lá, o pai tá fazendo suco de goiaba. Daqui a pouco chega aqui. Ainda bem, calor danado!

– Prefiro de abacaxi, mas tá valendo. Aliás, a louça do almoço é sua, hein?!

– Participar mandando é com você mesmo, né? Participa fazendo, bonitão! Cadê você? Limpando o cocô dos cachorros? Acho bom você ir exercitando uma participação ativa e responsável dentro de casa antes de partir para o mundo.

– Caramba, Lívia! Pega leve. Sorte sua que a mãe foi na vó, senão você não estaria aqui de boa. Mas me diz: você não achou essa ideia de a gente até poder propor projeto de lei, algo interessante?

– Achei. Inclusive, falei para Mãe Carmem aproveitar o espaço da Edileusa e dá umas aulas de direito e cidadania para gente que é adolescente.

– Você tem só 14, é *adolescentezinha*, eu que já sou um adolescente mesmo.

– Mas tu é besta. A *adolescentezinha* aqui daqui a pouco tá na sua sala, fica repetindo de ano, mané!

– Eita, a cara do pai, certeza que fez o suco com água do filtro, deve até estar quente, ele sempre faz isso. Agora o refresco vai demorar mais do que o esperado.

– Estando pronto na hora do jogo, tá ótimo!

– Por isso que você tá com essa camisa feia?

– Ai, Dj, não vou debater com quem não entende nada de basquete...

– Tá aí uma coisa boa de ter aqui na favela, uma quadra.

– Nossa, seria um sonho. Quero mais do que nunca essas aulas com o Sr. Osvaldo e Mãe Carmem.

– Lívia, participação social é uma coisa que não para, né?! Você tá reparando? Quanto mais a gente conversa, mais vontade a gente tem de estar ativo.

– Eu vou participar tanto que vou virar vereadora, vou virar representante do povo. Já pensou? Sabia que faz 30 anos que uma vereadora negra foi eleita na cidade? Essa eu aprendi na aula de história.

– Professora Talíria?

– Ela mesma.

– Fera! Ihh, a mãe chegou e sua louça tá lá.

– A vó deve ter ficado muito contente com a ideia de se alfabetizar, você não acha? Eu acho que ela vai aprender bem rápido, porque ela é muito sabida. E, Dj, o pai já lavou a louça. A gente apostou que quem perdesse o primeiro jogo, lavaria a louça do almoço no próximo jogo que é hoje.

– E quem perder hoje?

– Chora. HAHHAHA

– Bom, vou lá no campinho falar com os meninos para gente tocar um samba na inauguração da garagem.

– E eu vou falar com a mãe para ela incentivar a vó a tocar viola.

– Beleza, futura parlamentar. Imagina daqui a 20 anos, Lívia...acho que a gente vai ter avançado bastante, né?

– Nossa! 20 anos, estaremos em 2018, certeza que o Brasil estará bem melhor.

Uma Extensão para o Futuro


Mantenha-se atualizado e evolua em sua carreira com os cursos de extensão da FAPCOM.

Oferecemos cursos com formação integrada às áreas de comunicação, filosofia, tecnologia, criatividade e inovação, acompanhando as tendências para uma formação de excelência.

Estude em uma das melhores Faculdades de comunicação do Brasil, segundo as avaliações do MEC.

INSCREVA-SE:



 (11) 2139-8536

fapcom.edu.br/curso-de-extensao

